

Progresso dos Países da América Latina em Igualdade de Gênero: As Trabalhadoras Pobres Ainda são Deixadas para Trás

por Eduardo Zepeda, Carnegie Endowment for International Peace¹

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio buscam alcançar a igualdade de gênero até o ano de 2015 (ver ODM No. 3). O conjunto de indicadores propostos para acompanhar os progressos realizados na consecução deste objetivo engloba as esferas social, política e econômica. Concentramo-nos em um importante indicador econômico, ou seja, a percentagem de mulheres no emprego assalariado no setor não agrícola.

A região da América Latina e do Caribe tem mostrado progressos notáveis em todos os indicadores de igualdade de gênero. Os dados oficiais das Nações Unidas revelam que, no seio do mundo em desenvolvimento, esta região tem tido o melhor desempenho quanto ao progresso econômico das mulheres. Por exemplo, as mulheres detêm 42 por cento dos postos de trabalho assalariados no setor não agrícola.

No entanto, uma avaliação do progresso da região no tocante a igualdade de gênero não pode contar apenas com as médias nacionais. Na região do mundo com a mais elevada desigualdade, deve-se esperar que o progresso na igualdade de gênero seja distribuído de forma desigual, e susceptível de ser mais limitado para as mulheres pobres.

Restringimos a nossa atenção às áreas urbanas, onde este indicador é mais relevante e os dados são mais confiáveis. Examinamos então - por quintis - a percentagem de mulheres no emprego assalariado no setor não agrícola urbano de 20 países na América Latina (por volta de 2004). Dados na EQxIS (www.iadb.org/xindicators) nos permitem ver que esta percentagem é de 48 por cento para o quinto mais rico e de 40 por cento para os mais pobres. Assim, a participação das mulheres pobres em tal emprego é de oito pontos percentuais inferior, em média, em todos os países. Em países como Bolívia, Chile, Honduras e Panamá, a diferença pode ser tão grande como 15 pontos percentuais.

Mas, vamos desagregar os nossos dados, a fim de ficar mais próximos da verdadeira história. Muitas vezes, o principal trabalho assalariado que as mulheres pobres em áreas urbanas podem encontrar é o da realização de tarefas domésticas para domicílios familiares de ricos de classe média, como por exemplo, de limpeza, de cozinha e de cuidar de crianças. E se nós excluirmos estes postos de trabalho de nossa análise, uma vez que são geralmente de baixos salários, não têm vantagens e oferecem poucas oportunidades - dificilmente constituiriam uma base sobre a qual a demonstrar a igualdade de gênero? Se o fizermos, as disparidades entre mulheres ricas e mulheres pobres tornam-se notáveis.

Excluindo o trabalho doméstico não altera a quota de mulheres ricas no salariado urbano. Mas a percentagem de mulheres pobres cai drasticamente, em 12 pontos percentuais, passando de 40 para 28 por cento! Isto dá a entender que mais de uma em cada quatro trabalhadoras pobres (12/40) que estão no emprego assalariado urbano são empregadas domésticas. Além disso, as tarefas domésticas que realizam para domicílios familiares de ricos e de renda média são susceptíveis de permitir que as mulheres nestes domicílios familiares assegurem emprego com salários mais elevados fora do lar.

A importância do trabalho doméstico remunerado para as trabalhadoras pobres difere entre os países da América Latina. Para os países selecionados nesta região, o gráfico destaca: 1) a percentagem de todas as trabalhadoras pobres que estão no trabalho remunerado urbano e 2) a percentagem de todas as mulheres pobres que são remuneradas como empregadas domésticas.

O gráfico nos permite aferir a percentagem de mulheres pobres no trabalho remunerado urbano que são trabalhadoras domésticas. Esse percentual é de quase a metade de todas as mulheres pobres no trabalho remunerado urbano no Brasil, de um terço no Chile, de um pouco mais de um quinto na Costa Rica e de um pouco menos de um quinto na Venezuela. O Paraguai é um caso extremo: mais da metade das mulheres pobres que se ocupam no trabalho remunerado urbano são empregadas domésticas.

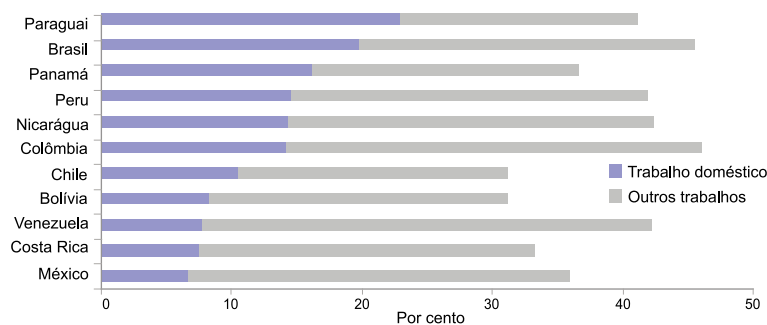
Assim, políticas relacionadas aos ODM visando a reduzir desigualdade de gênero necessitam de ter em conta a complexidade da participação das mulheres nos mercados de trabalho, em especial nos países com alta desigualdade, tais como os da América Latina. O acesso a emprego não-agrícola assalariado, embora importante, não necessariamente expande significativamente as possibilidades econômicas das mulheres pobres.²

Portanto, os indicadores que se concentrem unicamente nas médias nacionais podem proporcionar uma imagem enganosa dos progressos na redução da igualdade de gênero. O desagregar de dados, como temos feito para o trabalho doméstico remunerado, deve ser um primeiro passo para a descoberta das verdadeiras condições de desigualdade de gênero.

Notas:

1. Ex-pesquisador sênior no Centro Internacional da Pobreza e atual membro do quadro do Grupo de Pobreza do PNUD.
2. Para uma recente discussão da igualdade de gênero, ver a edição número 13 da revista IPC's Poverty In Focus, publicada em janeiro de 2008.

Percentagem de Mulheres Pobres que Estão no Trabalho Remunerado Urbano e que Estão no Trabalho Doméstico Remunerado Urbano



Fonte: Cálculos do Autor baseados em dados na EQxIS.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

www.undp-povertycentre.org